



REVISTA HOMEM, ESPAÇO E TEMPO

Revista do Centro de Ciências Humanas - CCH
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

**TIO, EU VI MINHA MÃE OXUM! — EDUCAÇÃO, RACISMO
RELIGIOSO E ESPERANÇA**

**UNCLE, I SAW MY MOTHER OXUM! — EDUCATION, RELIGIOUS
RACISM, AND HOPE**

**¡TÍO, VI A MI MADRE OXUM! — EDUCACIÓN, RACISMO
RELIGIOSO Y ESPERANZA**

Artigo recebido: 13/10/2025

Artigo aceito: 01/12/2025

Vinícius Ribeiro Freire¹

RESUMO

Este artigo reflete a presença do racismo religioso no cotidiano escolar e as possibilidades de resistência por meio de práticas pedagógicas afrocentradas. A partir de um relato de experiência vivenciado durante o mês da Consciência Negra em uma escola pública da Zona Norte do Rio de Janeiro, analisa-se a reação da comunidade escolar à realização de uma apresentação teatral que abordava elementos das religiões de matriz africana. O episódio evidencia como a suposta neutralidade da escola, muitas vezes, opera como pacto de silenciamento das espiritualidades negras. Fundamentado em autores como Freire (1996), Munanga (1999), Nascimento (1980), Bento (2019), Gomes (2005), Asante (1991) e Nogueira (2020), o estudo discute como a afrocentricidade, a oralidade e a espiritualidade se configuram como dimensões legítimas da formação escolar. A metodologia utilizada é narrativa e qualitativa, centrada no relato vivido pelo autor enquanto coordenador pedagógico. O texto evidencia tanto os obstáculos institucionais — marcados pelo medo da diferença e pela omissão diante do racismo religioso — quanto a potência das infâncias negras em reencantar a escola e afirmar sua ancestralidade. O reencontro simbólico de uma criança com Oxum, durante a apresentação, torna-se o marco da esperança e da resistência educativa, apontando para caminhos possíveis de ruptura com o modelo eurocentrado dominante.

Palavras-chave: Educação afrocentrada. Racismo religioso. Infâncias negras.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua como Professor de Roda de Leitura na Prefeitura do Rio de Janeiro. E-mail: vinicius.ribeiro@rioeduca.net

TIO, EU VI MINHA MÃE OXUM! — EDUCAÇÃO, RACISMO RELIGIOSO E ESPERANÇA

ABSTRACT

This article reflects on the presence of religious racism in everyday school life and the possibilities for resistance through Afrocentric pedagogical practices. Based on an experience report from a public school in the North Zone of Rio de Janeiro during Black Consciousness Month, the article analyzes the school community's reaction to a theatrical performance that addressed elements of African-based religions. The episode highlights how the school's supposed neutrality often operates as a pact to silence Black spiritualities. Based on authors such as Freire (1996), Munanga (1999), Nascimento (1980), Bento (2019), Gomes (2005), Asante (1991), and Nogueira (2020), the study discusses how Afrocentricity, orality, and spirituality are configured as legitimate dimensions of school education. The methodology used is narrative and qualitative, centered on the author's experience as a pedagogical coordinator. The text highlights both institutional obstacles—marked by fear of difference and inaction in the face of religious racism—and the power of Black childhoods to re-enchant school and affirm their ancestry. A child's symbolic reunion with Oxum during the presentation becomes a marker of hope and educational resistance, pointing to possible paths to breaking with the dominant Eurocentric model.

Keywords: Afrocentric education. Religious racism. Black childhoods;

RESUMEN

Este artículo reflexiona sobre la presencia del racismo religioso en la vida escolar cotidiana y las posibilidades de resistencia a través de prácticas pedagógicas afrocéntricas. A partir de un relato de experiencia en una escuela pública de la Zona Norte de Río de Janeiro durante el Mes de la Conciencia Negra, el artículo analiza la reacción de la comunidad escolar ante una obra teatral que abordó elementos de las religiones de origen africano. El episodio destaca cómo la supuesta neutralidad de la escuela a menudo funciona como un pacto para silenciar las espiritualidades negras. Basado en autores como Freire (1996), Munanga (1999), Nascimento (1980), Bento (2019), Gomes (2005), Asante (1991) y Nogueira (2020), el estudio analiza cómo el afrocentrismo, la oralidad y la espiritualidad se configuran como dimensiones legítimas de la educación escolar. La metodología utilizada es narrativa y cualitativa, centrada en la experiencia de la autora como coordinadora pedagógica. El texto destaca tanto los obstáculos institucionales —marcados por el miedo a la diferencia y la inacción ante el racismo religioso— como el poder de las infancias negras para reencantar la escuela y afirmar su ascendencia. El reencuentro simbólico de una niña con Oxum durante la presentación se convierte en un símbolo de esperanza y resistencia educativa, señalando posibles caminos para romper con el modelo eurocéntrico dominante.

Palabras clave: Educación afrocéntrica. Racismo religioso. Infancia negra.

TIO, EU VI MINHA MÃE OXUM! — EDUCAÇÃO, RACISMO RELIGIOSO E ESPERANÇA

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2. - ISSN: 1982-3800



O mês de novembro chega às escolas como um sopro apressado. Murais, cartazes, ensaios de última hora. Um esforço concentrado para fazer do Dia da Consciência Negra um evento, e não um compromisso. Em muitos corredores, a pressa substitui o cuidado; a obrigação, a consciência. A celebração que deveria carregar o peso da memória e da luta se reduz, muitas vezes, a um ritual simbólico esvaziado de sentido, marcado por atividades superficiais, folclorizadas e descoladas da realidade das crianças negras. Em vez de oportunidade pedagógica para reconfigurar olhares e reconhecer saberes ancestrais, o novembro escolar se torna uma vitrine passageira — bonita aos olhos, mas sem raiz.

No entanto, para quem carrega a memória dos terreiros, dos quintais, das rodas de histórias, novembro é um chamado — não para enfeitar, mas para recordar. É um tempo de reencantamento, de invocação das vozes que foram caladas, dos corpos que foram negados e dos saberes que resistiram. É também o momento de tensionar o cotidiano escolar, propondo que ele vá além da estética da consciência e caminhe em direção à ética do reconhecimento.

Era nesse espírito que eu, então coordenador pedagógico de uma escola pública da Zona Norte do Rio de Janeiro, desejei fazer diferente. Em vez de apenas decorar paredes, quis trazer para dentro da escola a voz das águas, dos ventos, dos ancestrais. Entendi que não bastava pintar símbolos africanos nos murais se os corpos que ali circulavam permanecessem desprovidos de reconhecimento e pertencimento. Quis provocar um deslocamento — daqueles que não cabem nas planilhas ou nos planejamentos trimestrais. Por isso, convidei um grupo de teatro independente, cuja arte se enraizava nas narrativas das religiões de matriz africana, para apresentar cinco histórias — entre elas, as de Ogum, Oxum e Iemanjá.

Eu já conhecia a potência daquele trabalho; sabia que, mais do que um espetáculo, era um ritual de reconhecimento. Cada encenação carregava símbolos, cantos, movimentos e palavras que conectavam o presente escolar à ancestralidade negada pelos currículos tradicionais. Era um gesto de devolução simbólica, uma tentativa de fazer da escola um espaço onde a espiritualidade negra pudesse entrar não pela porta dos fundos, mas pelo palco — iluminada, ouvida e reverenciada como saber legítimo. Apostei na potência do encantamento como caminho pedagógico e político.

TIO, EU VI MINHA MÃE OXUM! — EDUCAÇÃO, RACISMO RELIGIOSO E ESPERANÇA

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2. - ISSN: 1982-3800



Era nesse espírito que eu, então coordenador pedagógico de uma escola pública da Zona Norte do Rio de Janeiro, desejei fazer diferente. Em vez de apenas decorar paredes, quis trazer para dentro da escola a voz das águas, dos ventos, dos ancestrais. Entendi que não bastava pintar símbolos africanos nos murais se os corpos que ali circulavam permanecessem desprovidos de reconhecimento e pertencimento. Quis provocar um deslocamento — daqueles que não cabem nas planilhas ou nos planejamentos trimestrais. Por isso, convidei um grupo de teatro independente, cuja arte se enraizava nas narrativas das religiões de matriz africana, para apresentar cinco histórias — entre elas, as de Ogum, Oxum e Iemanjá.

Eu já conhecia a potência daquele trabalho; sabia que, mais do que um espetáculo, era um ritual de reconhecimento. Cada encenação carregava símbolos, cantos, movimentos e palavras que conectavam o presente escolar à ancestralidade negada pelos currículos tradicionais. Era um gesto de devolução simbólica, uma tentativa de fazer da escola um espaço onde a espiritualidade negra pudesse entrar não pela porta dos fundos, mas pelo palco — iluminada, ouvida e reverenciada como saber legítimo. Apostei na potência do encantamento como caminho pedagógico e político.

Chegado o dia da apresentação, eu aguardava ansioso na secretaria pela chegada do grupo teatral. Apesar da segurança no propósito, meu corpo carregava o peso da tensão acumulada nos dias anteriores. Foi nesse momento que fui interpelado pela diretora adjunta da unidade: mulher branca, evangélica, que, com olhos arregalados e tom de alerta, disparou:

— “Vinícius, esse grupo aí vai apresentar coisa de macumba?”

A pergunta, mais do que pessoal, era institucional. Carregava o peso de séculos de apagamento, demonização e controle dos saberes afro-brasileiros. Não se tratava de uma dúvida inocente. Era uma reação marcada por uma lógica histórica que associa as religiões de matriz africana à transgressão, ao perigo, ao “problema”. Sua expressão de estranhamento deixava entrever que a escola, para ela, era lugar para certas manifestações religiosas — e não para outras.

Respondi com serenidade, sem recuar:

TIO, EU VI MINHA MÃE OXUM! — EDUCAÇÃO, RACISMO RELIGIOSO E ESPERANÇA

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2. - ISSN: 1982-3800



— “Vão, sim. E estamos amparados pela Lei 10.639. Se houver questionamentos, estou pronto para responder.”

Minha resposta foi direta, amparada pela legislação e pela convicção ética. Ainda assim, não a moveu da posição de distanciamento. A palavra “problema” pairava no ar, invisível, mas presente: o problema seriam os pais, as mães, o incômodo que a diferença poderia causar. Ao invés de assumir sua responsabilidade como liderança escolar, garantindo o direito à diversidade religiosa e ao acesso a outras cosmovisões, ela se esquivou com a frase:

— “Então eu vou mandar falar com você...”

Esse gesto, por mais sutil que pareça, escancarou uma lógica muito presente no ambiente escolar brasileiro: a da omissão disfarçada de neutralidade. O Estado é laico, mas a escola nem sempre é. A gestão escolar, sobretudo, deveria ser aliada na promoção de uma educação antirracista, plural e respeitosa às leis que regem o ensino de história e cultura afro-brasileira. No entanto, quando opta pelo silêncio ou pelo medo de “ter problemas com os pais”, cede à pressão do racismo estrutural.

Como aponta Santos (2020, p. 125), “a negação das religiões de matriz africana nas escolas se opera tanto pela omissão institucional quanto pela escolha ideológica de manter o cristianismo como única referência legítima no imaginário escolar.” Essa análise ilumina o contexto em que a diretora adjunta atuou: sua recusa em se posicionar não foi neutra, mas reveladora de uma estrutura escolar que legitima apenas o sagrado cristão, excluindo as espiritualidades negras do campo do aceitável.

Nesse contexto, a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, representa uma tentativa de corrigir décadas de apagamento. No entanto, como destacam Silva e Gomes (2016, p. 91), “a efetivação da Lei ainda esbarra em resistências estruturais e simbólicas, principalmente quando toca em temas como religiosidade de matriz africana, vistos como tabus no ambiente escolar.” Não basta a existência da lei: é preciso um compromisso ético com sua implementação.

TIO, EU VI MINHA MÃE OXUM! — EDUCAÇÃO, RACISMO RELIGIOSO E ESPERANÇA

Como afirma Sueli Carneiro (2005, p. 59), “a falsa neutralidade racial da escola mascara a reprodução sistemática da exclusão, ao legitimar como universais apenas os referenciais eurocêntricos.” Nesse sentido, o que se apresenta como neutralidade é, na verdade, adesão tácita a um projeto de silenciamento das epistemologias negras e de manutenção da hegemonia branco-cristã.

Esse processo não acontece apenas por ações explícitas de repressão, mas, sobretudo, por gestos cotidianos de omissão. A gestão escolar que evita o debate, que teme o incômodo, acaba, ainda que inconscientemente, fortalecendo a lógica que exclui. É justamente essa engrenagem silenciosa, mas persistente, que alimenta a estrutura da escola pública brasileira — e é ela que se escancara no episódio com a diretora adjunta.

A reação da diretora adjunta, ao associar a apresentação à “macumba” com espanto e repulsa, expressa exatamente esse processo de negação disfarçado de preocupação pedagógica. Seu silêncio posterior, travestido de neutralidade, não foi neutro: foi pacto. Um pacto com a manutenção da hegemonia branco-cristã, que exclui tudo aquilo que escapa à norma ocidentalizada da escola pública.

É nesse ponto que a educação afrocentrada, conforme propõem Asante (1991) e Gomes (2005), se revela como uma ferramenta de ruptura. Mais do que um conjunto de conteúdos, trata-se de uma prática pedagógica e política que recentraliza o sujeito negro, suas memórias e espiritualidades, como eixos legítimos do processo educativo. Essa abordagem rompe com o modelo eurocentrado dominante, que silencia narrativas negras e desautoriza saberes ancestrais. Ao contrário, propõe uma escuta sensível e comprometida, que reconhece a oralidade, a corporeidade e a espiritualidade não como ornamentos culturais, mas como dimensões fundantes da formação humana.

Foi exatamente isso que a presença daquele grupo teatral, com suas histórias de Oxum, Ogum e Iemanjá, provocou na escola: um deslocamento. Um abalo na “normalidade” branca-cristã que opera como padrão silencioso de pertencimento. As divindades que ali se apresentavam não estavam apenas no palco — elas circulavam no imaginário das crianças,

TIO, EU VI MINHA MÃE OXUM! — EDUCAÇÃO, RACISMO RELIGIOSO E ESPERANÇA

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2. - ISSN: 1982-3800



nos gestos, nos olhares e nas lembranças de casa. Cada cena rompia com a estética da neutralidade institucional e instaurava uma outra ordem: a do **encantamento pedagógico**, que é, como lembra Renato Nogueira (2020), o caminho por onde o saber se faz também pelo afeto, pelo símbolo e pela presença ancestral.

Enquanto o grupo encenava as histórias, eu via nos olhos das crianças um brilho que não se ensinava em livros didáticos. Vi corpos se reconhecendo, espíritos se fortalecendo. Ali não havia folclore — havia memória. Uma professora, inquieta, aproximou-se com os olhos tensos:

— “Já está acabando? Estou com medo...”

Não era medo da violência. Era medo do outro: do sagrado que não veste terno e gravata, do axé que não se domestica. O que se revelava ali era o que Paulo Freire (1996) chamaría de “*ineditável*”: uma experiência que desafia a forma como aprendemos a ver o mundo, e que exige de nós não negação, mas abertura. A fala da professora escancarava o incômodo diante do que não cabe nos moldes racionalistas do currículo oficial. Como propõe Gomes (2005), a espiritualidade afro-brasileira traz à escola outras formas de conhecimento, que rompem com o monopólio da razão e exigem escuta, corporeidade e reconstrução de sentidos.

Naquele momento, a escola se tornou terreiro, palco e encruzilhada. E foi nesse cruzamento de histórias, saberes e afetos que as crianças — e talvez nós também — passamos a compreender que educação, quando é viva, também é rito. Quando a apresentação terminou, eu ajudava a direcionar os alunos de volta para suas turmas, com o apoio dos professores, quando uma menina negra, ao lado de sua professora, me disse, com os olhos brilhando como cachoeira sob o sol:

— “*Tio, eu vi minha mãe Oxum! Obrigada!*”

Aquela frase, dita com a simplicidade e a verdade que só as infâncias sabem carregar, continha uma revelação. Não se tratava de ficção nem de fantasia: era reconhecimento. Era o

TIO, EU VI MINHA MÃE OXUM! — EDUCAÇÃO, RACISMO RELIGIOSO E ESPERANÇA

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2. - ISSN: 1982-3800



reencontro simbólico com sua história, com suas referências de poder e beleza, com o que há de sagrado em si.

A negação da presença negra não é apenas um erro histórico, mas uma violência cotidiana que desautoriza existências e interditam futuros. Resgatar essas presenças é ato de cura, é convocar um outro tempo, em que o afeto e a memória sejam forças pedagógicas. (Bento, 2019, p. 41)

Essa frase de Cida Bento ecoa com força no brilho dos olhos daquela menina. Sua declaração — tão simples quanto revolucionária — nos mostrou que, quando a escola reconhece os saberes afro-brasileiros, ela também abre espaço para outras formas de estar, de lembrar e de sonhar. Como afirma Lélia Gonzalez (1988), as tradições afro-brasileiras são territórios fundamentais na construção de identidade de sujeitos negros, principalmente por funcionarem como “lugares de resistência e manutenção de uma memória coletiva que o racismo tenta apagar” (Gonzalez, 1988, p. 77). No contexto escolar, permitir o contato direto com esses símbolos é uma forma de interromper o ciclo da negação.

Esse gesto da criança é também o que Molefi Kete Asante (1991) chama de deslocamento do eixo da experiência. Segundo o autor, a afrocentricidade visa “reposicionar o sujeito africano como agente no centro de sua própria narrativa histórica e cultural” (Asante, 1991, p. 28), inclusive no campo do imaginário. Ver-se representada em Oxum, portanto, não é apenas reconhecer uma divindade: é reinscrever-se como parte legítima de um mundo que historicamente a excluiu.

Naquele instante, a escola deixou de ser apenas uma instituição de ensino e se transformou em espaço de afirmação ancestral. A fala da menina é um exemplo vívido do que Paulo Freire comprehende como *esperançar*, isto é, não apenas manter esperança, mas agir sobre ela com dignidade e consciência histórica: “é preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar, porque há gente que tem esperança do verbo esperar” (Freire, 1996, p. 92).

Ao refletir sobre o papel de mitos e divindades no processo formativo de crianças negras, Renato Nogueira (2020, p. 58) afirma que “Oxum é um arquétipo que comunica

TIO, EU VI MINHA MÃE OXUM! — EDUCAÇÃO, RACISMO RELIGIOSO E ESPERANÇA

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2. - ISSN: 1982-3800



inteligência afetiva, beleza e força ancestral, rompendo com os estigmas históricos da hipersexualização e da subalternidade". Trata-se de uma referência simbólica que reconfigura o modo como meninas negras podem se perceber e ser percebidas: não como ausência, mas como potência. Nesse sentido, a fala da menina não é apenas tocante — é profundamente formadora. Ao reconhecer e ver a imagem de sua mãe Oxum, ela também se vê refletida com dignidade, doçura e força.

Quando uma criança negra reconhece em uma representação de Oxum a imagem de uma figura materna sagrada, ela não está apenas vendo uma personagem — está se reencontrando com uma herança espiritual e simbólica que a escola historicamente tentou apagar. É um gesto de cura contra os efeitos acumulados do silenciamento. É o que Nogueira (2022, p. 103) chama de “pedagogia do reencantamento”, na qual o afeto, a ancestralidade e o corpo são revalorizados como caminhos legítimos do saber. A escola, nesse cenário, deixa de ser território de exclusão e se transforma em espaço de retomada: de autoestima, de pertencimento e de possibilidade de futuro.

A pedagogia do reencantamento propõe criar condições para que as crianças negras se reconheçam como sujeitos plenos, capazes de imaginar futuros a partir de suas referências ancestrais, simbólicas e culturais. (Nogueira, 2022, p. 102)

Como afirma o autor, essa proposta pedagógica não se resume a inserir símbolos negros nos murais escolares — ela exige um compromisso radical com o reencantamento do processo educativo, em que as infâncias negras possam imaginar-se como protagonistas de seus próprios futuros. Reconhecer-se no sagrado é, aqui, um gesto pedagógico e político. É enxergar-se como bela e valiosa em um espaço que tantas vezes silencia e nega essa possibilidade, e exclui a beleza negra. Nilma Lino Gomes (2005) reforça que a escola tem papel central na construção da autoestima de crianças negras. Ela aponta que “a valorização da identidade negra no cotidiano escolar é um fator decisivo para o sentimento de pertencimento e de possibilidade de futuro” (Gomes, 2005, p. 68). Logo, uma escola que permite experiências como essa não apenas acolhe a diversidade — ela rompe com o epistemicídio cotidiano e planta um novo chão de existência.

TIO, EU VI MINHA MÃE OXUM! — EDUCAÇÃO, RACISMO RELIGIOSO E ESPERANÇA

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19, volume 2. - ISSN: 1982-3800



Essa experiência, à luz de autores como Munanga (1999) e Nascimento (1980), revela o que está estruturalmente inscrito nas práticas escolares: um racismo religioso institucionalizado, muitas vezes disfarçado sob o verniz da laicidade, que silencia e exclui saberes, símbolos e espiritualidades que não se encaixam no padrão branco-cristão dominante. Trata-se de um silenciamento que não é acidental — ele é construído, mantido e reproduzido historicamente pelas engrenagens da escola, do currículo e das políticas de gestão. Como denuncia Munanga (2004):

É na escola que o racismo se institucionaliza como forma de conhecimento. Os conteúdos ensinados silenciam a contribuição dos africanos e de seus descendentes para a construção da sociedade brasileira. O eurocentrismo no currículo produz uma imagem negativa do negro, inferioriza suas culturas e naturaliza a desigualdade. O epistemicídio ocorre quando a escola apaga a história e os saberes de um povo em nome de uma pretensa neutralidade científica. (Munanga, 2004, p. 21)

Como explica Boaventura de Sousa Santos (2009, p. 46), o epistemicídio “é o assassinato de conhecimentos alternativos, o silenciamento de vozes e a destruição de modos de existência que não cabem na racionalidade eurocêntrica”. Na escola, esse assassinato se dá de forma sutil: quando a história africana aparece apenas no contexto da escravidão; quando a religiosidade negra é tratada como folclore; ou quando a oralidade, a musicalidade e a ancestralidade são ignoradas como formas legítimas de ensinar e aprender.

Ao denunciar o epistemicídio presente no cotidiano escolar, Munanga nos convida a observar como o currículo, longe de ser neutro, atua como uma ferramenta de exclusão e domesticação simbólica. O apagamento das contribuições africanas, aliado à exaltação de valores eurocentrados, reforça uma hierarquia racial e cognitiva que impacta diretamente a subjetividade das crianças negras. Essa estrutura não apenas limita as possibilidades de reconhecimento identitário, mas legitima o privilégio de determinados saberes em detrimento de outros. A escola, nesse contexto, torna-se um espaço onde o conhecimento é filtrado por lentes racializadas, e o que escapa ao paradigma branco-cristão é tratado como exótico, inferior ou perigoso.

Como escreve Sueli Carneiro (2003, p. 42), “a branquitude se estrutura a partir da recusa de se enxergar como identidade racial. Ao se colocar como norma universal, ela **TIO, EU VI MINHA MÃE OXUM! — EDUCAÇÃO, RACISMO RELIGIOSO E ESPERANÇA**

desloca toda diferença para o campo da subalternidade.” Esse mecanismo é o que sustenta o que a própria autora, anos depois, irá denominar como “lógica de subalternização simbólica” (Carneiro, 2005), expressa não apenas em práticas excludentes, mas na negação sistemática do direito de existir de outras epistemologias. Na escola, esse pacto se manifesta como uma aliança silenciosa: evita-se o conflito aparente em nome de uma suposta neutralidade, mas reafirma-se cotidianamente a centralidade branca como norma. Esse movimento opera como manutenção da hegemonia — um pacto narcísico em que o privilégio branco se apresenta como natural, e toda presença negra é tratada como exceção, ameaça ou ruído. Assim, o currículo, a gestão e a pedagogia se tornam instrumentos de uma exclusão sutil, porém contínua, das infâncias negras e de suas formas de ver e viver o mundo.

É justamente nesse cenário de normalização da centralidade branca que Munanga (1999) insere sua crítica ao chamado universalismo eurocentrado — uma ideologia que oculta seus privilégios sob o manto da “neutralidade”. Essa falsa universalidade legitima a exclusão e reforça hierarquias raciais dentro do espaço escolar. A esse pano de fundo se soma o que Bento (2019) conceitua como “pacto narcísico da branquitude”: uma estrutura psíquica e política que resiste a ceder privilégios, operando pela omissão, pelo medo e pela negação diante da presença de epistemologias negras. Foi justamente esse pacto que se materializou na postura da diretora adjunta: ao se recusar a confrontar a intolerância religiosa, ela não apenas silenciou, mas reafirmou — ainda que indiretamente — a lógica excludente que estrutura a escola pública brasileira.

A escola, que deveria ser território de pluralidade e emancipação, torna-se então um espaço de disputa simbólica, onde a diversidade é tolerada apenas como folclore, e não como epistemologia. Trazer Oxum, Ogum e Iemanjá para dentro da escola não foi apenas um ato cultural — foi um rompimento com esse pacto.

Foi nas crianças que encontrei a esperança. Sua recepção calorosa, sua capacidade de se enxergar nas narrativas afro-brasileiras, mostram que a educação antirracista é possível — e urgente. A cada sorriso, a cada desenho, a cada palavra, as infâncias negras afirmavam: estamos aqui, somos sagrados, existimos. Como afirma Nilma Lino Gomes (2005, p. 63), “o

TIO, EU VI MINHA MÃE OXUM! — EDUCAÇÃO, RACISMO RELIGIOSO E ESPERANÇA

reconhecimento de si nas narrativas escolares é condição para a construção de uma identidade positiva". Ali, cada criança negra encontrava não apenas representatividade, mas dignidade, pertença e memória viva.

Paulo Freire (1996, p. 68) nos ensinou que "é preciso ter esperança, mas esperança do verbo esperançar" — aquela que se manifesta em ação concreta, em movimentos de libertação. Essa experiência foi um gesto de esperançar coletivo: corpos em roda, escutando os deuses e as deusas que a escola tenta calar. Como afirma o próprio Freire, "a escola é um espaço de formação e também de transformação. Mas só se transforma se houver amor, indignação e coragem" (1996, p. 42).

A coragem de seguir com a apresentação, apesar dos medos e resistências, revelou-se também um ato de ternura. Como lembra bell hooks (2018, p. 25), "a educação como prática da liberdade é um ato de amor, um ato de reconhecer o outro na sua inteireza". E o amor — como verbo e gesto político — se materializou no brilho dos olhos da menina que viu sua mãe Oxum.

Fazer da escola um espaço onde Oxum possa entrar livremente, onde Exu não seja demonizado, onde a pluralidade não seja apenas tolerada, mas celebrada, é talvez o ato mais revolucionário e amoroso que podemos praticar hoje. Uma escola que acolhe os Orixás é também uma escola que acolhe os corpos negros, suas vozes, seus saberes e suas formas de existir no mundo.

Como propõe Renato Nogueira (2022, p. 88), "as divindades africanas são arquétipos que educam o afeto, estimulam a imaginação e fortalecem vínculos com o sagrado. São dispositivos formativos e políticos". Quando esses arquétipos ganham espaço no cotidiano escolar, reorientam o currículo, ampliam os horizontes de pertencimento e possibilitam às crianças negras aprenderem sem se esconderem.

Essa pedagogia do sagrado, do afeto e do encantamento não se opõe ao rigor acadêmico — ao contrário, o fortalece. Como lembra bell hooks (2018, p. 35), "ensinar é um ato profundamente espiritual, que precisa tocar o coração e a imaginação". E é nesse gesto de tocar o coração que reside o verdadeiro sentido da educação transformadora.

TIO, EU VI MINHA MÃE OXUM! — EDUCAÇÃO, RACISMO RELIGIOSO E ESPERANÇA

É nesse gesto também que, como canta Emicida, “amar é revolucionário” (AmarElo, 2019). Porque amar, aqui, é reconhecer o outro em sua dignidade plena. É abrir espaço para o axé circular nas salas de aula, para os tambores baterem nos corredores, para a memória ser celebrada — e não apenas lembrada. Porque onde a ternura é lembrada, a vida floresce. E onde a vida floresce, Oxum dança.

O título deste trabalho termina com a palavra *esperança* — não por ingenuidade, mas por escolha ética e afetiva. Ele poderia, sem dúvida, ser “resistência”, pois resistir foi o que precisei fazer ao enfrentar o silêncio institucional, ao sustentar a importância daquela peça diante da desconfiança e da crítica. Resistência foi enfrentar o pacto narcísico da branquitude no cotidiano da gestão escolar, foi desafiar o medo travestido de neutralidade. Mas, ainda assim, eu escolhi a esperança. Porque naquele instante em que uma menina negra olhou para o palco e reconheceu em Oxum a imagem de sua mãe — não apenas como divindade, mas como espelho de dignidade e beleza —, ela me ensinou que a esperança também é um ato radical.

Esse gesto não foi isolado. Ele reverberou como ensinamento. A criança não apenas viu — ela se viu. Reconheceu-se como sagrada, digna e bela em um espaço historicamente negado à sua imagem. Como afirma bell hooks (2013, p. 15), “o ato de amar em contextos de opressão é, em si, um ato de resistência radical”. E é esse amor que escolho cultivar: o amor que educa, que reencanta, que ousa colocar o corpo negro no centro da história com dignidade e não com suplício. A esperança que sustento aqui não é do verbo *esperar* — é do verbo *fazer brotar*.

Por isso, encerro reafirmando a força de uma pedagogia que dança com as águas de Oxum, que escuta os ventos de Iansã e que se curva diante da sabedoria de Exu. A escola que eu sonho — e que ajudei a construir neste episódio — é aquela onde a espiritualidade negra não precisa se esconder, onde cada criança negra pode encontrar espelhos e não fantasmas. Escolhi *esperança* porque desejo que outras meninas e meninos, ao verem seus orixás nas escolas, saibam que pertencem, que importam, que podem florescer. Porque quando o axé entra pela porta da frente, a escola deixa de ser apenas instituição — e se torna casa.

TIO, EU VI MINHA MÃE OXUM! — EDUCAÇÃO, RACISMO RELIGIOSO E ESPERANÇA

A palavra esperança, em muitos sentidos, é uma semente. Plantada no olhar de uma criança, regada pelo afeto de um educador, ela não brota imediatamente — ela germina em silêncio, atravessa camadas de terra dura, rasga estruturas antigas e resiste. É por isso que, neste trabalho, ela não aparece como um consolo, mas como um compromisso.

Esperar que a escola mude é insuficiente. É preciso cultivar a mudança. Cada gesto antirracista, cada narrativa que rompe o silenciamento, cada apresentação que convoca Oxum a entrar pelas portas da escola é uma rachadura no concreto da exclusão. E é por essas rachaduras que brotam os rios da ancestralidade, os cânticos das Iyás, os passos de Exu nas encruzilhadas pedagógicas.

Espero que esta experiência não fique apenas nas páginas desse trabalho, mas que atravesse quem lê, que inspire quem educa, que convoque quem resiste. Que seja lembrada sempre que uma criança negra for silenciada — e também quando ela for celebrada. Porque a luta por uma escola que acolha, escute e reencante é uma luta por futuro. E como todo futuro justo, ele começa com uma escolha: entre o medo e a coragem, entre o silêncio e a palavra, entre o apagar e o iluminar. Eu escolho a esperança.

Ora Yê Yê Ô, mamãe Oxum!

REFERÊNCIAS

- ASANTE, Molefi Kete. *Afrocentricidade: a teoria do afrocêntrico*. Tradução: Eliane Gomes Santana. Salvador: EDUFBA, 2009.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- EMICIDA. *Levanta e Anda*. Álbum: *O Glorioso Retorno de Quem Nunca Esteve Aqui*. Laboratório Fantasma, 2013. [Letra de música]
- EMICIDA. *AmarElo*. Álbum: *AmarElo*. Laboratório Fantasma, 2019. [Letra de música]
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

TIO, EU VI MINHA MÃE OXUM! — EDUCAÇÃO, RACISMO RELIGIOSO E ESPERANÇA

GOMES, Nilma Lino. *Educação, identidade negra e formação de professores: diálogos com o multiculturalismo*. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). *Pele negra, máscara branca: identidade racial e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 55–72.

GONZALEZ, Lélia. *A mulher negra na sociedade brasileira*. In: EVARISTO, Conceição; RAMOS, Júlio Tavares (Org.). *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Zahar, 2020. (Texto originalmente de 1988).

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

MUNANGA, Kabengele. *Redisputando a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. In: SILVA, Petronilha B. Gonçalves da (Org.). *Educação das relações étnico-raciais: reflexões e propostas*. Brasília: MEC/SECAD, 2004. p. 15–38.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1980.

NOGUEIRA, Renato; CARVALHO, Carlos Roberto de; SALES, Sandra Regina (Orgs.). *Relações étnico-raciais e educação: caminhos abertos pela Lei 10.639/03*. Rio de Janeiro: DP&A, 2008. ISBN 9788581280103.

NOGUEIRA, Renato. *Mulheres e deusas: o feminino na filosofia africana e afro-brasileira*. Petrópolis: Vozes, 2017.

RODRIGUES JÚNIOR, Luiz Rufino. *Exu e a pedagogia da encruzilhada*. Petrópolis: Vozes, 2020.

SANTOS, Cássia Virgínia Tavares dos. A escola e o racismo religioso: reflexões sobre o silêncio e o medo. *Revista da ABPN*, v. 12, n. 32, p. 121–137, 2020. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br>>. Acesso em: 28 abr. 2025

SANTOS, Jocélio Teles dos. *Religião, cultura e tolerância: desafios para a diversidade religiosa na escola*. In: VIEIRA, Marilena Chauí (Org.). *Religião e espaço público*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020. p. 117–133.

SILVA, Petronilha B. Gonçalves da; GOMES, Nilma Lino. *Educação das relações étnico-raciais: reflexões e propostas*. Brasília: MEC/SECAD, 2016.